



Carta Conjunta 09-2025

Brasília, DF, 15 de setembro de 2025

Ilma. Sra.

Agnes Maria de Aragão da Costa

Diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel

Assunto: Contribuições ao Debate da CP 045 – Cortes de Geração

A Associações do setor reconhecem e valorizam o esforço da ANEEL em promover um debate amplo e qualificado sobre os cortes de geração. Entretanto, não podemos deixar de registrar nossa profunda divergência em relação à visão retrógrada expressa pelas entidades que subscrevem a nomeada *Carta Conjunta 004/2025*.

Essas instituições, muitas delas já com décadas de atuação, enraizadas em um modelo centralizado típico do século XX, insistem em defender uma lógica ultrapassada de concentração de poder e recursos nas mãos de poucos. A recusa em aceitar que o mundo mudou e que a transição energética exige **novos investimentos, descentralização, digitalização e democratização** revela não apenas apego ao passado, mas também uma resistência ativa ao protagonismo do consumidor.

A visão que defendemos

1. **Consumidor como protagonista** – O tempo em que os cidadãos eram meros servos, obrigados a sustentar lucros de grandes geradores e distribuidoras, ficou para trás. O século XXI exige que o consumidor, tanto nas cidades quanto produtores rurais, esteja no centro da política energética, com liberdade de escolha, autogeração, gestão ativa do consumo e participação nos benefícios da transição.
2. **Investimento em inovação e digitalização** – O futuro da rede elétrica não será construído com velhos instrumentos de comando e controle, mas com inteligência digital, sistemas de armazenamento, gestão de demanda e integração de fontes renováveis distribuídas.



3. **Descentralização e resiliência** – A geração distribuída não é “causa do problema”, como afirmam, mas parte essencial da solução. Ao diluir riscos, reduzir perdas, aumentar a eficiência e trazer capital privado, a GD fortalece a segurança energética e reduz custos de infraestrutura de longo prazo.
4. **Democracia energética** – A transição não pode ser conduzida apenas por grupos tradicionais que historicamente monopolizaram decisões e investimentos. A democratização do setor – com inclusão de milhões de brasileiros que já investiram em geração distribuída sob a Lei 14.300 – é irreversível e inegociável.

Conclusão

Apontar a GD como “vilã” é um equívoco, quando na realidade o que está em jogo é a incapacidade de antigos modelos em lidar com a inovação. A transição energética é uma tendência mundial, e o Brasil não pode se permitir ficar preso a narrativas que buscam preservar privilégios e subsídios ocultos em favor de poucos.

Conclamamos a ANEEL a exercer seu protagonismo, mas no sentido de **abraçar o futuro**, garantindo previsibilidade regulatória, estímulo à inovação e fortalecimento da confiança do consumidor. O caminho é **avançar, não retroceder**.

Atenciosamente,

Assinado por:

Hewerton Martins

49D31DDC4994472

Hewerton Martins

Presidente

Associação Nacional Movimento Solar Livre (**MSL**)

Liderança da Coalizão das Frentes Estaduais de Geração Distribuída

Assinado por:

Carlos Evangelista

8A073F0855F741D...

Carlos Evangelista

Presidente

Associação Brasileira de Geração Distribuída (**ABGD**)

Assinado por:

Heber Galarce

C1B63D7CA1454DD

Heber Galarce

Presidente

Instituto Nacional de Energia Limpa (**INEL**)

Signed by:

Rodrigo Lopes Savaia

9FEBEF99D018498...

Rodrigo Lopes Savaia

Presidente Executivo

Associação Brasileira de Energia Solar (**ABSOLAR**)

